

Caro Presidente Bruno Araújo

Após consulta democrática a cerca de trinta mil filiados, fomos escolhidos, com muita honra, pela maioria, tendo sido eleitos com 53,99% dos votos. Mais de dezessete mil filiados ao partido nos escolheram como o candidato do PSDB à Presidência da República e nos depositaram sua confiança. Na realização das prévias, entre três pretendentes, tanto a comissão executiva nacional quanto os filiados votantes optaram por uma candidatura própria do PSDB à Presidência da República.

Nesse universo de pessoas votantes, existem aqueles detentores de cargos eletivos, como Governadores, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vices, Vereadores, como outros filiados, em todo o território brasileiro. Expressão máxima da democracia partidária, as prévias, concluídas em 27 de novembro de 2021, equipararam mandatários a todos os demais filiados e deram a todos os integrantes do partido, em todo o Brasil, o poder de decidir os rumos a serem seguidos.

A decisão partidária em torno do nosso nome, e pela candidatura própria à Presidência, já está tomada desde então e, assim como respeitamos as regras objetivas e previamente estabelecidas por meio da Resolução CEN – PSDB nº 046/2021, solicitamos que você respeite o estatuto do PSDB e a vontade democraticamente manifestada pela ampla maioria dos trinta mil eleitores do nosso partido.

Constituí fato notório que, antes mesmo das prévias, existia movimentação de parte da cúpula partidária contrária ao nosso nome. No transcurso das prévias, não foram poucas as tentativas do seu encerramento precoce, a fim de que nós não vencêssemos. Apesar de tudo e de todos os obstáculos que nos foram artificialmente impostos, vencemos as prévias no voto, de acordo com o estatuto e segundo a vontade da maioria dos trinta mil eleitores do nosso partido.

Qual não foi nossa surpresa ao saber que, apesar de termos vencido legitimamente as prévias, as tentativas de golpe continuaram acontecendo. As desculpas para isso são as mais estapafúrdias, como, por exemplo, a de que estaríamos mal colocados nas pesquisas de opinião pública e com altos índices de rejeição, cinco meses antes do pleito.

Como se sabe, as pesquisas de opinião refletem o momento e, assim como não podem servir de guia único para o voto do eleitor, muito menos podem servir para guiar os destinos do partido na eleição. Minha vida e minhas disputas eleitorais anteriores demonstram o caráter relativo das pesquisas de opinião, realizadas com tanta anterioridade ao pleito.

Fazemos nossas as suas palavras, manifestadas na carta que você assinou em 31 de março de 2022, e que nos deram a segurança necessária para renunciar ao mandato de Governador do Estado de São Paulo, para disputarmos, pelo PSDB, a Presidência da República:

Venho, por meio desta, reafirmar que o candidato a Presidente da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é o Governador do Estado de São Paulo, João Doria, escolhido democraticamente em prévias nacionais realizadas em novembro de 2021. As prévias serão respeitadas pelo partido. O governador tem a legenda para disputar a presidência da República. E não há, nem haverá qualquer contestação à legitimidade da sua candidatura pelo partido.

Aproveito a oportunidade para reafirmar o compromisso do PSDB com o processo democrático brasileiro. O PSDB é consciente de seu protagonismo em contribuir com o fim da polarização hoje existente no país.



Bruno Araújo
Presidente Nacional

Desde então, nada se alterou no cenário político nacional, que justificasse tamanha mudança de posicionamento da sua parte. A cada semana, suas

movimentações políticas, enquanto Presidente nacional do PSDB, mudam, o que cria insegurança jurídica para os filiados, que democraticamente já escolheram os rumos que o partido adotará na eleição presidencial que se avizinha. E também para o país, que depende da construção de um projeto coerente, que se mostre como alternativa sólida para a polarização que hoje existe.

Conforme já decidiu o Tribunal Superior Eleitoral, em diversas oportunidades, deve ser prestigiada a democracia partidária, que, aliás, constitui um dos fundamentos estatutários do PSDB. Segundo a lição do então Min. Sepúlveda Pertence, extraída do acórdão TSE nº. 2.163, de 01/03/1994: “...o que se chama de prévias não são as prévias americanas, que elegem eleitores à convenção, mas uma pesquisa de opinião dentro do partido, para orientação seja da Comissão Executiva, seja do seu Presidente...”.

Nesse diapasão, a pesquisa de opinião, necessária à sua condução do processo eleitoral nacional do PSDB, já foi realizada nas prévias. Os filiados já optaram por uma candidatura própria à Presidência da República, em torno de nosso nome. Qualquer outra iniciativa de pesquisa não passa de um subterfúgio para abandonar as diretrizes já, soberana e democraticamente, definidas pelos filiados nas prévias do partido. A realização da consulta interna, que inclusive custou cerca de doze milhões de reais aos cofres públicos, vincula a atuação dos dirigentes partidários. Raciocínio contrário a isso implicaria em jogar dinheiro público no lixo.

A decisão democrática dos filiados deve, necessariamente, orientar os atos da Comissão Executiva e do Presidente do partido. Nesse sentido, dispõe expressamente o estatuto do PSDB, no seu artigo 152, que: “*Os candidatos vencedores em eleições prévias terão seus nomes homologados nas Convenções convocadas para esse fim.*”. O estatuto do partido dá os limites da atuação de seus dirigentes. Nenhum dirigente pode exorbitar os poderes que lhe foram conferidos pelo estatuto, porque os dirigentes passam e o partido fica. Ir na contramão ou além dos poderes outorgados pelo estatuto, como sabido, constitui abuso de poder, ato antijurídico passível de correção, pela via judicial inclusive.

O estatuto do PSDB, quando trata “*Das Eleições Prévias e das Convenções para Escolha de Candidatos a Cargos Eletivos*”, estabelece, no seu artigo 151, que: “*Os Diretórios Nacional, Estaduais e Municipais poderão aprovar, por proposta da respectiva Comissão Executiva, a realização de eleições prévias para a escolha de candidatos a cargos eletivos majoritários sempre que houver mais de um candidato disputando a indicação do Partido.*”.

Ao deliberar pela realização das prévias, a comissão executiva nacional decidiu por uma candidatura própria, referendada por trinta mil filiados que escolheram nosso nome. Nos termos estatutários, a decisão dos filiados, tomada nas prévias, vincula os dirigentes partidários e deverá ser por eles necessariamente observada, porque constitui um dos fundamentos programáticos do PSDB o respeito à democracia interna:

“Art. 2º. O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

Art. 3º. Constituem diretrizes fundamentais e princípios programáticos para a organização, funcionamento e atuação do PSDB:

I - democracia interna e disciplina, de modo a assegurar a necessária unidade de atuação partidária, máxima participação dos filiados na definição da orientação política do Partido e na escolha de seus dirigentes, inclusive mediante eleições periódicas, livres e secretas em todos os níveis de sua estrutura;” - grifos nossos -

Aprofundando essa norma programática da “democracia interna”, o estatuto do PSDB, no seu art. 14, coloca dentre os direitos dos filiados:

I - **“PARTICIPAR ATIVAMENTE DA VIDA DO PARTIDO”;**

II - **“PARTICIPAR DO PROCESSO DE DECISÃO PARTIDÁRIA”.**

Nessa mesma linha, a Lei nº 9096/95, no seu art. 4º, estabelece que: *“Os filiados de um partido político têm iguais direitos e deveres.”*, prescrevendo a isonomia entre os filiados de um partido, o que significa que a decisão da cúpula, formada por trinta e quatro pessoas, não pode se sobrepor à decisão democraticamente tomada, nas prévias, pela maioria dos cerca de trinta mil filiados que votaram. Do mesmo modo, não pode a executiva nacional sozinha mudar de posicionamento, preterindo o direito adquirido de quem disputou e venceu as prévias, convocadas nos termos estatutários e realizadas de forma legítima.

A regra estatutária é a prevalência da democracia direta, ou seja, todos exercendo no âmbito partidário seu direito ao sufrágio. Excepcionalmente e para aquelas hipóteses que o estatuto expressamente prevê, como no seu art. 59, por exemplo, as votações dar-se-ão de forma indireta, por meio dos representantes eleitos no âmbito partidário, quais sejam os delegados, os membros dos diretórios, das executivas, parlamentares, etc., nas situações que o estatuto expressamente prevê.

A ampla participação dos filiados na escolha dos candidatos do PSDB está atrelada à própria noção de Democracia e de Estado Democrático de Direito, ambos assegurados como princípios fundamentais no art. 1º, da Constituição Federal brasileira, senão vejamos:

“Art. 1º. – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito...”

De igual modo, o *caput* do art. 17 da Constituição Federal, ao tratar dos Partidos Políticos, estabelece ser livre sua criação, fusão, incorporação e extinção *“resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo...”*, de forma que a autonomia partidária deve obediência necessária a tais predicados de envergadura constitucional.

Não bastasse isso, ao tratar do tema “Democracia”, a doutrina anota que:

“...angariou fama a fórmula apresentada pelo célebre presidente norte-americano Abraham Lincoln (considerado um dos idealizadores do regime democrático contemporâneo), para quem a democracia é ‘the government of the people, by de people, for the people’. Cumpre destacar o ‘by the people’, já que o povo é o artífice permanente da democracia. Esta não resiste à indiferença do povo, pois é a participação popular que a mantém viva...”.

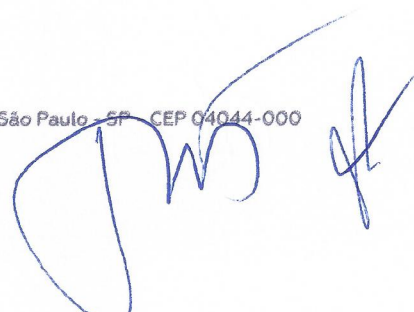
(José Jairo Gomes, Direito Eleitoral, 12ª. edição, Atlas, pág. 48)

Emblemática essa lição doutrinária que resgata parte da história da civilização ocidental mundial para se dizer que se é verdade que “o povo é o artífice permanente da democracia”, não menos verdade é que o filiado de um partido político também é artífice permanente da democracia intrapartidária. Também é fato que se a democracia “não resiste à indiferença do povo, pois é a participação popular que a mantém viva”, o mesmo certamente ocorre com a democracia intrapartidária que, igualmente, não resiste à indiferença do filiado já que é a sua participação que a mantém viva.

Portanto, não há como se bradar as bandeiras da “democracia interna” e da “máxima participação dos filiados na definição da orientação política do Partido, tal como ocorre com o estatuto do PSDB, e, ao mesmo tempo, se concluir por um sufrágio na convenção partidária diverso daquele definido nas prévias, pela universalidade dos filiados. O sufrágio universal, nas prévias partidárias do PSDB, se sobrepõe a quaisquer outros órgãos de deliberação partidária, especialmente a convenção – que tem natureza meramente homologatória.

Disso não difere a opinião do Professor José Afonso da Silva, para quem:

“...A ideia que sai do texto constitucional é a de que os partidos hão que se organizar e funcionar em harmonia com o regime democrático e que sua estrutura interna também fica sujeita ao mesmo princípio. A autonomia é conferida na suposição de que cada partido busque, de acordo com suas concepções, realizar



uma estrutura interna democrática. Não é compreensível que uma instituição resguarde o regime democrático se internamente não observa o mesmo regime”.

(SILVA, José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 41ª. ed. São Paulo, Malheiros, 2018, p. 409)


Observo, finalmente, que, longe de sermos candidatos de nós mesmos, somos o candidato à Presidência da República escolhido por mais de dezessete mil filiados do PSDB, de todos os cantos do Brasil. Fazendo uma analogia com o futebol, o jogo já foi decidido na bola, não cabendo qualquer modificação do seu resultado no tapetão. A vontade pessoal modificada de um ou de alguns dirigentes partidários, por óbvio, não se sobrepõe à vontade da esmagadora maioria dos filiados que, nos termos estatutários, deve decidir os rumos do partido.

Diante disso, embora entenda que um projeto sólido e alternativo para o país deva ser construído de forma pluripartidária, usaremos de todas as nossas forças para fazer prevalecer a vontade, democraticamente manifestada pela imensa maioria dos filiados, do PSDB e para que seja respeitada a lisura nos gastos realizados com o fundo partidário, nesse escopo. A executiva nacional, quando deliberou pela realização de prévias, e os filiados que se habilitaram e votaram nesse processo democrático, decidiram pela candidatura própria do PSDB. Continuo à disposição do partido para a formação de projetos com outras agremiações, mas não abrimos mão da posição de protagonista do projeto nacional do nosso partido, nos termos da decisão soberana da maioria de seus filiados. Não concordamos com qualquer outra pesquisa de opinião, considerando que a pesquisa interna, direta, já foi feita aos filiados, cabendo a você apenas respeitar seu posicionamento anterior, expresso em carta assinada, bem como a vontade dessa esmagadora maioria de filiados do PSDB.

São Paulo, 14 de maio de 2022.

João Dória

Pré-candidato do PSDB à Presidência da República


Arthur Luis Mendonça Rollo
OAB-SP nº 153.769